

IRPH

2021

Relatório Anual de Atividades



INSTITUTO RIO  
PATRIMÔNIO DA  
HUMANIDADE

**INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE**

Laura Di Blasi, *presidente*

**Coordenadoria de Estudos e Planos**

Henrique Fonseca, *coordenador*

**Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural**

Natalia Tadros Barroso, *coordenadora*

**IRPH**

**2021**

**Relatório Anual de Atividades**

---

**INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE**

---

Laura Di Blasi, *presidente*

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Vera Regina Flores Teixeira, *chefe de gabinete*

Rosane Gonçalves de Oliveira, *assistente*

Michelle Silva Lima, *assessora*

Vera Pais

---

**COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

---

Natalia Tadros Barroso, *coordenadora*

**GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO E MONITORAMENTO**

Aline Soares Cordeiro Canto, *gerente*

**1º Escritório Técnico (Corredor Cultural)**

Ísis Domingues Claro, *gerente*

Ernesto Carneiro Leão Neto

Gabriel Lopes Rheingantz

Silvia Antunes Lima

Stanys de Almeida

**2º Escritório Técnico (Zona Norte / Zona Oeste)**

Ahmed Nazih Murad Heloui, *gerente*

Daniele de Araujo Santos Branco

João Ricardo Luz de Araújo

**3º Escritório Técnico (Zona Sul)**

Heloísa Ribeiro de Mazza Cerqueira, *gerente*

Jefferson da Costa Lima

Mariana Strauch Arruda

André Csáky Perlingeiro

**Escritório Técnico da Paisagem Cultural**

Paula Merlini Machado, *gerente*

Ivana Gomes Emery

Lie Kobayashi

Mariana Gross

Flavia Abranches

**Subgerência de Projetos em Bens Tombados**

Denise de Souza Slutzky, *subgerente*

Antonio Cassiano da Silva de Souza

Vanessa Ameixoeira Galdino de Seixas

**Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados**

Felipe Cristiano Reigada, *subgerente*

John Dalton Hardinge Bailey de Amorim

Leonardo Barrese Bigli

Marcelo Laranjeira de Oliveira

**Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos**

Juliana Maria Jabor Santos Faria, *gerente*

Washington Gonçalves Filho

---

**COORDENADORIA DE ESTUDOS E PLANOS**

---

Henrique Costa Fonseca, *coordenador*

**GERÊNCIA DE PROTEÇÃO**

Luiz Eduardo Pinheiro, *gerente*

**Subgerência de Cadastro e Pesquisa**

Juliana Oakim Bandeira de Mello, *subgerente*

Fabricio Iori Resende

Iva Rosa Coppedé

Jeanice de Freitas Magina

Juliano Tomich Pimentel

Lucia Helena dos Santos Torres

Luiz Paulo Leal de Oliveira

Maria Angélica da Silva Galetti

Rafael Ramos Koury

**Subgerência de Arqueologia**

Helder de Magalhães Viana, *subgerente*

Carla Hermann

Luiz Paulo Leal de Oliveira

**CENTRO CARIOCA DE DESIGN**

Paula de Oliveira Camargo, *gerente*

Emmanuel Bellard

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2018-20**

Editor: Emmanuel Bellard

Projeto gráfico: Emmanuel Bellard

**Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH**

Rua Gago Coutinho, 52/ 3º andar – Laranjeiras

Rio de Janeiro – RJ – CEP 22.221 070

Telefone: +55 21 2976-6611/2976-6612

Email: gabinete.irph.smpu.rio@gmail.com

Site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph>

Facebook: <https://www.facebook.com/irph.rio> e <https://www.facebook.com/patrimonioculturalcarioca>

# Sumário

|   |    |
|---|----|
| <b>O INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE</b> .....   | 7  |
| Breve histórico.....  | 7  |
| Competências e atribuições.....   | 8  |
| Estrutura Organizacional.....   | 8  |
| <b>PATRIMÔNIO MATERIAL</b> .....  | 16 |
| Estudos para proteção de bens materiais.....  | 16 |
| Estudos para atualização de proteção de bens materiais e determinação de parâmetros em APACs e AEBTs..... | 19 |
| Estudos de legislação.....  | 21 |
| Projetos e obras em bens protegidos privados.....   | 21 |
| <b>PATRIMÔNIO IMATERIAL</b> .....   | 28 |
| Ações de Salvaguarda.....   | 28 |
| Estudos e Pesquisas.....  | 29 |
| <b>PATRIMÔNIO MUNDIAL</b> .....   | 31 |
| Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.....                                    | 31 |
| Sítio Arqueológico Cais do Valongo.....   | 33 |
| Sítio Roberto Burle Marx, patrimônio da humanidade.....   | 35 |
| <b>CENTRO CARIOCA DE DESIGN</b> .....   | 37 |
| <b>PROJETOS ESPECIAIS</b> .....   | 39 |
| Reviver Centro.....   | 39 |
| Participação no Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor.....                                    | 41 |
| Placas dos Circuitos do Patrimônio.....   | 41 |
| Parque Nise da Silveira.....  | 42 |
| Aplicativo para Vistorias.....  | 44 |
| Círculo do Valongo.....   | 44 |
| UIA 27° Congresso Mundial de Arquitetos – UIA 2020 / Rio Capital Mundial da Arquitetura – UNESCO.....     | 45 |
| Projeto editorial "Mulheres e a Construção da Cidade".....  | 45 |
| Produtos institucionais.....  | 45 |
| Programa Patrimônio, Arte e Cooperação – PPAC.....  | 46 |



# Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

## Breve histórico

A história da preservação do patrimônio cultural carioca remonta à época do antigo estado da Guanabara. Por ocasião de sua fusão com o estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio passa a ter administração própria e são então criados os órgãos municipais de tutela do patrimônio cultural.

Através da Lei Nº 474/1983, a então Secretaria Municipal de Educação e Cultura passa a contar com a Divisão de Proteção do Patrimônio Artístico, cuja atribuição executiva é cuidar dos bens culturais tombados pela municipalidade. A partir da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Theresa e da imensa Área de Entorno de Bens Tombados na zona portuária (Projeto SAGAS) é criado, em 1986, na estrutura da nova Secretaria Municipal de Cultura, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC. Sua finalidade é gerenciar e monitorar os bens tombados e preservados.

Estruturado a partir de três setores – Divisão de Inventário e Planejamento, Divisão de Cadastro e Pesquisa e Divisão de Preservação e Restauração – o DGPC se encarrega de realizar o inventário de bens culturais em diversas áreas da cidade, cadastrando-os e passa a elaborar estudos para propostas de tombamento e de criação de novas Áreas de Proteção Ambiental. Ficam criados três setores que estruturaram o DGPC. Em 1992, a figura de Área de Proteção Ambiental é incorporada para bens de valores ambientais naturais, integrando a Secretaria

Municipal de Meio Ambiente, e o patrimônio edificado passa a ser definido pela figura de Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC. Em 2003, é criada a legislação municipal para proteção de bens culturais de natureza imaterial.

O DGPC permanece em atividade até 2006, quando então é transformado na Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC.

Em 2009, entretanto, o órgão municipal de tutela do patrimônio cultural retorna à estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, sob a denominação de Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – SUBPC.

Finalmente, em 2012, através do Decreto Nº 35.879/2012, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, é criado e ratificado pela Lei Nº 5547/2012 como órgão situado na estrutura do Gabinete do Prefeito. Uma das justificativas para a criação do órgão é a gestão do Sítio reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial. A partir de 2017, o IRPH passa a integrar a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

## Competências e atribuições

O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, é o órgão executivo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro responsável pela salvaguarda e conser-

vação do patrimônio cultural carioca através do inventário, cadastro, instrumentos de proteção, promoção, fiscalização e orientação técnica.

Partindo de uma visão transversal de patrimônio cultural envolvendo território, natureza e geografia, ambiente construído e bens culturais de natureza material e imaterial, o IRPH trabalha desenvolvendo interfaces com diversas pastas municipais – Urbanismo, Cultura, Habitação, Obras, Conservação Urbana, Educação, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Turismo etc.

Devido ao caráter abrangente de sua atuação, o IRPH não se restringe à importância de um órgão de caráter consultivo, mas também deliberativo. É sua atribuição analisar e autorizar intervenções físicas em bens culturais móveis, bens imóveis e áreas urbanas e reconhecidos como de importância cultural para a cidade, sendo também responsável por manter e atualizar banco de dados sobre o patrimônio cultural da cidade. Essa atuação passa por suas áreas técnicas e pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

O IRPH também participa da gestão dos bens culturais da cidade reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Mundial:

- “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, declarado como Patrimônio Mundial em 2012;
- “Sítio Arqueológico do Cais do Valongo”, reconhecido em 2017;
- “Sítio Roberto Burle Marx”, reconhecido em 2021.

## Estrutura Organizacional

O IRPH está estruturado em duas linhas de atuação:

- o inventário, proteção e promoção, através da Coordenadoria de Estudos e Planos – CEP;
- a conservação e monitoramento do patrimônio cultural, através da Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC.

Conta também com o Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD, ligado à CEP, que é um espaço físico dedicado ao debate, investigação e exposição de temas relativos ao Patrimônio Cultural, Arquitetura, Urbanismo e Design.

### ***Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural – CCPC***

A Coordenadoria de Conservação do Patrimônio Cultural atua na conservação e monitoramento dos bens culturais de natureza material protegidos por tombamento, sob tutela das Áreas de Proteção Cultural, ou ainda, nas áreas situadas na Paisagem Cultural protegida pela UNESCO. Para tanto, realiza ações de análise, orientação e emissão de parecer técnico para as propostas de intervenções físicas, fiscalização do estado de conservação, acompanhamento e monitoramento de obras, assim como assessora arquitetos, engenheiros e restauradores interessados em intervir nos bens protegidos. Tal assessoramento se configura como verdadeira promoção de educação patrimonial junto às comunidades envolvidas.

A CCPC tem como principais atribuições:

- orientar, analisar e acompanhar a elaboração de projetos e obras nos bens protegidos;
- subsidiar e instruir tecnicamente o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural;
- orientar as propostas de restauração dos bens tombados pela legislação municipal.

Além disso, a Coordenadoria é responsável por pareceres técnicos quanto à instalação de painéis publicitários em bens protegidos e solicitações de isenção de impostos.

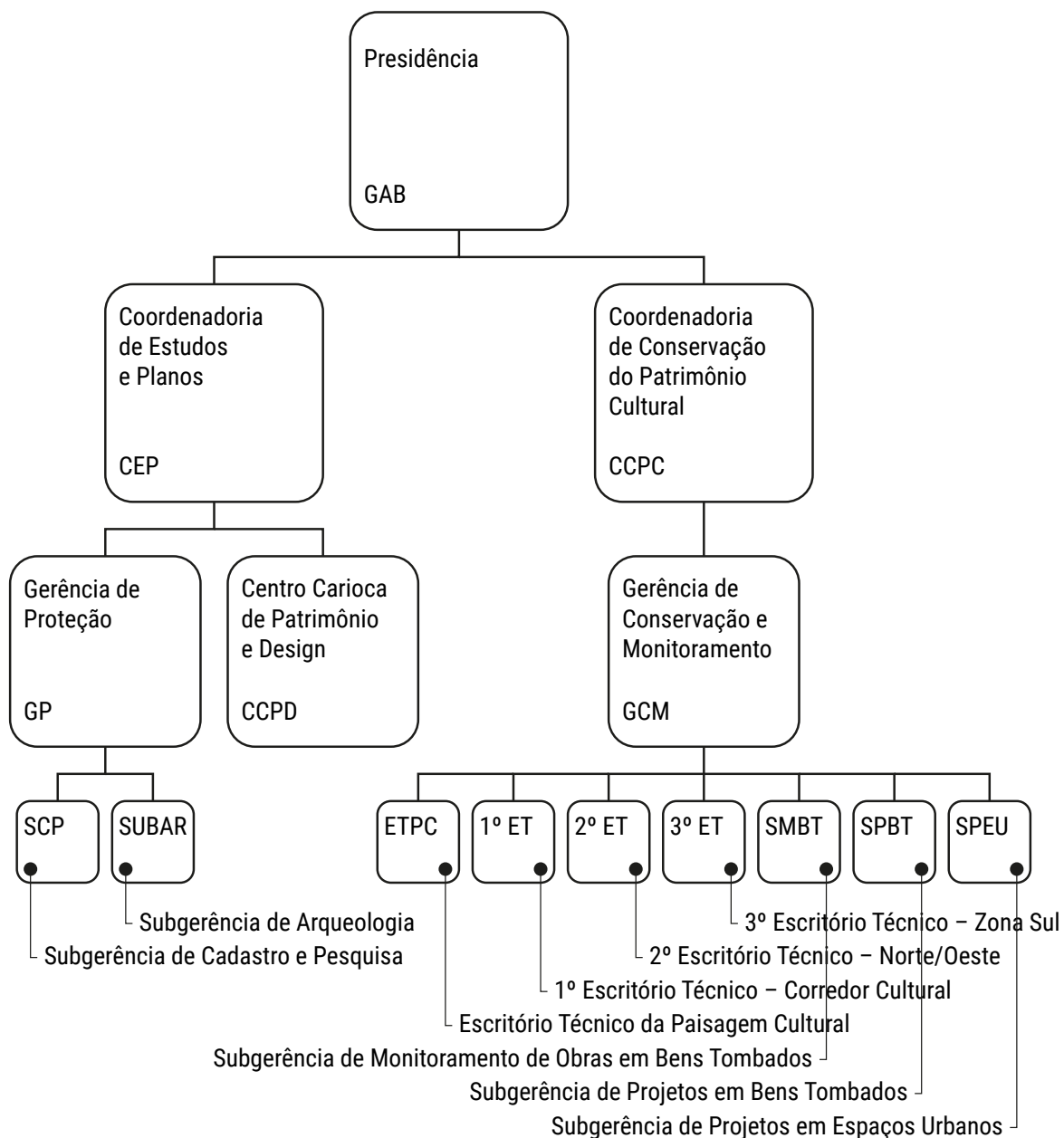
Seu quadro técnico, essencialmente formado por arquitetos e engenheiros concursados, é responsável por cuidar de 10.488 bens preservados, 1.685 bens tombados e cerca de 37 áreas protegidas.

A estrutura da CCPC é composta pelos seguintes setores:

- Gerência de Conservação e Monitoramento – GCM;



## Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH



- Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados – SMBT;
- Subgerência de Projetos em Bens Tombados – SPBT;
- Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos – SPEU;
- Escritórios técnicos (1º, 2º e 3º);
- Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC.

### **Gerência de Conservação e Monitoramento – GCM**

Entre as competências da GCM estão:

- gerenciar, analisar, orientar e supervisionar projetos, obras e intervenções, em bens culturais e áreas públicas protegidos pela legislação municipal de patrimônio cultural, tombados ou inseridos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, e em áreas de entorno de bens protegidos pela municipalidade;
- coordenar, orientar e supervisionar estudos, projetos e intervenções urbanas nas áreas e sítios de reconhecido valor e interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade;
- gerenciar os Escritórios Técnicos.

### **Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC**

São competências da ETPC:

- Reunir e analisar todas as determinações e definições relativas a estudos, projetos, atividades e ações nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Elaborar e acompanhar a execução dos programas e projetos de conservação nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Valorizar a paisagem nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Promover e divulgar as ações relativas à valorização, preservação, e conservação nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial

e sua zona de amortecimento;

- Emitir pareceres sobre licenciamentos, estudos, projetos e intervenções nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Emitir pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural/CMPC, e demais órgãos da administração para as áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento;
- Subsidiar o sistema de informações quanto ao acervo do Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro, com as informações inerentes às nas áreas da cidade reconhecidas como Patrimônio Mundial e sua zona de amortecimento.

### **Escritórios Técnicos**

São competências do 1º, 2º e 3º Escritórios Técnicos, responsáveis respectivamente pela zona do Corredor Cultural/Centro, Zona Norte/Oeste e Zona Sul:

- Vistoriar, autorizar licença, fiscalizar, orientar e dar aceite em obras de reformas, adaptações de uso e restaurações de bens culturais particulares protegidos pelo Município;
- emitir pareceres referentes aos imóveis situados nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- orientar e emitir parecer em processos de licenciamento para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos, nas áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- elaborar pareceres para subsidiar a análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural em imóveis protegidos, situados em áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- emitir parecer quanto ao estado de conservação e estabelecer as exigências para recuperação dos imóveis protegidos pelas legislações de patrimônio cultural;
- orientar as comunidades locais quanto às ações relativas à preservação do Patrimônio Cultural

- das áreas sob a tutela legal do Escritório Técnico;
- informar aos órgãos competentes sobre os bens protegidos que se encontram em mau estado de conservação ou com obras irregulares verificadas nas áreas protegidas;
  - avaliar e propor as ações, visando ao cumprimento da legislação de proteção do Patrimônio Cultural da Cidade;
  - manter cooperação com os órgãos de planejamento urbano, de fiscalização de obras, garantindo as ações necessárias à conservação dos bens culturais;
  - acompanhar a execução dos programas de conservação, de recuperação e valorização do Patrimônio Cultural e do ambiente urbano;
  - colaborar na análise e implantação dos projetos paisagísticos ou urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC), em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
  - avaliar e propor normas para instalação de anúncios indicativos e publicitários em bens culturais protegidos e passíveis de renovação, situados nas áreas sob a tutela do Escritório Técnico.

#### **Subgerência de Projetos em Bens Tombados – SPBT**

Entre as competências da SPBT estão:

- Elaborar projetos de restauração, conservação ou readequação em imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- analisar e orientar projetos de restauração, conservação ou readequação em bens particulares e públicos, protegidos pelo instrumento de tombamento;
- emitir parecer técnico para concessão da isenção do imposto predial territorial urbano para imóveis protegidos pelo instrumento do tombamento;
- promover vistorias emergenciais para avaliação

de sinistros em bens protegidos;

- elaborar parecer técnico para instruir as demandas do CMPC e demais órgãos da administração;
- participar de grupos de trabalhos em cooperação com os demais órgãos da administração;
- elaborar, orientar ou acompanhar os convênios e contratos projetos de restauração, conservação ou readequação em bens imóveis protegidos.

#### **Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados – SMBT**

São competências da SMBT:

- Elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras de restauração, conservação ou adequação em bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar, orientar ou acompanhar projetos de cálculo estrutural e de instalações prediais de bens imóveis protegidos pelo instrumento municipal de tombamento e pela legislação do Patrimônio Cultural;
- elaborar e/ou orientar a execução de escopo de serviços e planilhas orçamentárias de projetos e obras promovidas pelo órgão, com base no Sistema de Custos para Obras e Serviços de Engenharia – SCO-RIO;
- elaborar e aferir composição de preços unitários de serviços especializados de restauração e de conservação de bens imóveis;
- elaborar, orientar e/ou acompanhar os convênios e contratos cujo objeto é a execução de obras de restauração, conservação e/ou readequação em bens imóveis protegidos, promovidas pelo órgão;
- elaborar pareceres técnicos para instruir análise do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC e demais órgãos da administração;
- interagir com os demais órgãos municipais de fiscalização de obras que atuam com sistemas orçamentários de obras e serviços de engenha-

ria;

- elaborar relatórios técnicos para formulação de respostas aos questionamentos dos órgãos de auditoria e controle a respeito das obras fiscalizadas pela Gerência;
- promover vistorias emergenciais para avaliação de sinistros em bens protegidos.

### **Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos – SPEU**

São competências da SPEU:

- Elaborar, orientar ou acompanhar, projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar, orientar, acompanhar e dar aceite em obras urbanísticas em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- analisar e orientar projetos urbanísticos em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC, em áreas de entorno ou nos demais espaços públicos protegidos;
- elaborar Termos de Referência de projetos e obras promovidos pelo Órgão para fins de requalificação urbana nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural;
- elaborar, orientar e/ou acompanhar os convênios e contratos cujo objeto é a execução de obras de requalificação urbana nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural;
- manter intercâmbio com órgãos públicos, privados, instituições nacionais e/ou internacionais, pessoas físicas e/ou jurídicas, visando ações voltadas à conservação e valorização do ambiente cultural do Município do Rio de Janeiro;
- manter interface com os órgãos municipais de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, educação, habitação e promoção social, assim como os de âmbito federal e estadual de proteção do Patrimônio Cultural;
- elaborar parecer técnico para instruir as demandas do CMPC e demais órgãos da administração.

### ***Coordenadoria de Estudos e Planos – CEP***

A Coordenadoria de Estudos e Planos atua na realização de pesquisas e ações com vistas à identificação, valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural da cidade tanto de natureza material quanto imaterial, no desenvolvimento de estudos para a criação de áreas de proteção do ambiente cultural e no estabelecimento de parâmetros específicos com o objetivo de preservar o ambiente cultural urbano. Atua também na pesquisa e identificação de sítios e áreas de potencial arqueológico da cidade.

A CEP tem como principais atribuições:

- definir e propor critérios de identificação, classificação e atualização de áreas, bens de interesse cultural, sítios e acervos arqueológicos para fins de proteção legal pelo poder público municipal;
- coordenar a realização de inventários, pesquisas, cadastro e divulgação dos bens de valor cultural do Município do Rio de Janeiro.

Os trabalhos técnicos da Coordenadoria são desenvolvidos através da Gerência de Proteção, que conta com a Subgerência de Cadastro e Pesquisa, a Subgerência de Arqueologia e a Gerência de Design, responsável pela gestão do Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD e apoio técnico em projetos institucionais.

### **Gerência de Proteção – GP**

São competências da GP:

- Gerenciar a elaboração e a supervisão de estudos visando à proteção, conservação e valorização dos bens culturais de natureza material e imaterial de interesse para o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- identificar, inventariar e classificar bens culturais de natureza imaterial, áreas urbanas e bens culturais de natureza material, móveis e imóveis, de interesse para a proteção legal pelo Município do Rio de Janeiro;

- propor critérios e normas de proteção utilizando-se dos instrumentos da legislação em vigor para as Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, Áreas de Entorno de Bens Tombados e demais áreas protegidas e de interesse à proteção legal;
- incluir as ferramentas e disciplinas do design na valorização da memória e da identidade cultural carioca;
- avaliar, sempre que necessário, os critérios de proteção estabelecidos para bens ou áreas, visando sua atualização;
- avaliar e emitir parecer em projetos de intervenção, para deliberação do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de acordo com a legislação vigente;
- supervisionar pesquisas, cadastro de sítios e o gerenciamento de acervo de arqueologia sob a responsabilidade ou salvaguarda do Município;
- estabelecer e manter intercâmbio de informações e procedimentos com as instituições estaduais e federal de proteção ao Patrimônio Cultural, bem como com outras instituições públicas ou privadas e órgãos da administração municipal com o objetivo de implementar e aperfeiçoar os instrumentos de Proteção Cultural;
- manter atualizado e disponível para consultas o sistema e o acervo técnico de informações do Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

#### **Subgerência de Cadastro e Pesquisa – SCP**

São competências da SCP:

- Propor e elaborar pesquisas sobre a história, a memória e o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- identificar e elaborar pesquisas sobre os bens culturais de natureza material e imaterial, protegidos ou de interesse à proteção pelo Patrimônio Cultural;
- manter o registro iconográfico e demais documentos disponíveis, referentes a imóveis indicados pelo Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, autorizados para demoli-

ção ou renovação;

- organizar, manter, conservar, atualizar e manter disponível para consultas o acervo técnico e biblioteca referentes ao Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- colaborar com os órgãos da área educacional e de cultura nas políticas de capacitação técnica e de educação patrimonial.

#### **Subgerência de Arqueologia – SUBAR**

São competências da SUBAR:

- Acompanhar e orientar estudos, projetos e pesquisas arqueológicas decorrentes de obras de intervenção em bens protegidos, em áreas de interesse histórico ou em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APAC;
- orientar e acompanhar ações que visem à identificação e valorização de sítios arqueológicos na cidade do Rio de Janeiro;
- propor a delimitação de sítios arqueológicos e suas áreas de entorno;
- elaborar e manter atualizada a Carta de Potencial Arqueológico do Município do Rio de Janeiro;
- registrar e cadastrar os sítios arqueológicos decorrentes de achados fortuitos;
- manter, gerir e promover ações voltadas à conservação de material arqueológico sob a salvaguarda do Município do Rio de Janeiro;
- contribuir com a atualização do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos em cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

#### **Centro Carioca de Patrimônio e Design – CCPD**

Criado na estrutura municipal em 2009, o Centro Carioca de Design – CCD, nome pelo qual é conhecido, trabalha para a promoção e difusão do design na cidade do Rio de Janeiro, promovendo exposições, seminários, palestras, publicações e outras formas de geração de conteúdo. Seu espaço é aberto a profissionais e estudantes de Design e áreas relacionadas (Arquitetura, Urbanismo, Artes, entre outras),

bem como à população de maneira geral.

O CCD funciona no sobrado histórico conhecido como Casa de Bidu Sayão, na Praça Tiradentes. Sua localização no Centro Histórico da cidade do Rio de Janeiro integra a proposta de dinamizar o Patrimônio Histórico e Cultural através de iniciativas que vinculam a casa à cidade, visando estimular o pensamento urbano através do design. Atualmente, busca apresentar relações mais estreitas entre design e patrimônio cultural, especialmente por integrar a estrutura do IRPH e pelo ambiente urbano em que está inserido, tendo como missão “divulgar e promover o design como bem cultural e transformador da cidade, dos centros urbanos e da sociedade”.

São competências do CCPD:

- Promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro;
- realizar cursos, seminários e exposições;
- propor e executar atividades voltadas à promoção das relações entre design, o território, o patrimônio cultural material e imaterial da cidade do Rio de Janeiro, buscando valorizar a memória e a identidade cultural carioca;
- manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, pessoas físicas ou jurídicas, instituições de ensino, nacionais ou internacionais, visando à cooperação técnica na área de patrimônio e design;
- promover e operacionalizar as ações referentes à participação da cidade do Rio de Janeiro na Rede Mundial de Distritos de Criatividade;
- fomentar ações voltadas à educação patrimonial.

### **Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC**

O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro é o órgão colegiado consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei nº 161 de 05 de maio de 1980. Compete ao CMPC examinar, apreciar e deliberar questões relacionadas às diretrizes referentes às políticas públicas de patrimônio cultural através da proteção e conservação de bens imóveis, declaração

de áreas de proteção do ambiente cultural, declaração de áreas de entorno de bens tombados e registros de bens de natureza imaterial. Também lhe compete manifestar-se sobre os estudos, pesquisas e propostas de proteção desenvolvidas pelo Instituto, bem como sobre a realização de intervenções em bens protegidos pela municipalidade.

O CMPC é presidido pelo IRPH e integrado por representantes do governo e da sociedade civil. Realiza reuniões quinzenais, mas, a depender da necessidade e urgência, pode efetuar reuniões extraordinárias.

# Patrimônio material

O patrimônio material é formado pelo conjunto de bens culturais divididos em imóveis e móveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos, paisagísticos, bens individuais, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos e arquivísticos.

Para proteção dos bens de natureza material o Plano Diretor da cidade dispõe como instrumentos: tombamento, instituição das áreas de entorno de bem tombado e instituição das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC).

## Estudos para proteção de bens materiais

Faz parte da competência do IRPH a realização de estudos, pesquisas, inventários e relatórios sobre os bens de potencial interesse cultural da cidade. A origem desses estudos pode ser a mais diversa: cidadãos, entidades privadas, instituições públicas, Câmara Municipal ou mesmo proposições do próprio corpo técnico. Com o estudo concluído, este é submetido ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – CMPC, que aprova, desaprova ou pode fazer recomendações e solicitações complementares. Apenas após sua aprovação a proposta é encaminhada ao Prefeito para determinar o prosseguimento ou interrupção dos estudos de proteção. Os estudos a seguir são apenas alguns selecionados dentre diversos realizados pela Subgerência de Ca-

astro e Pesquisa, entretanto, o prosseguimento de tais propostas ainda pode depender da manifestação do CMPC e da decisão do Prefeito, conforme Lei Nº 928, de 22/12/1986.

### Residência Rocha Miranda

**Localização:** Rua Marquês de São Vicente, 268 – Gávea

Estudo de tombamento de imóvel indicado para preservação no estudo realizado para APAC Gávea como bem a ser protegido na Área 2.

### Liceu Franco-Brasileiro

**Localização:** Rua das Laranjeiras, 13 e 15 – Laranjeiras



Estudo para tombamento do conjunto edificado do Liceu Franco-Brasileiro. A pesquisa não identificou remanescentes do projeto original do Liceu que justifiquem sua proteção pelo patrimônio cultural.



## Residência art déco

**Localização:** Rua Cinco de Julho, 82 – Copacabana



Estudo para tombamento.

## Residência art déco

**Localização:** Rua Visconde de Ouro Preto, 67 – Botafogo



Estudo para tombamento de residência *art déco*.

## Residência Holzmeister

**Localização:** Rua Jaime Silvano, 200 – São Conrado



Estudo para tombamento definitivo da Residência Holzmeister, imóvel com arquitetura de qualidade excepcional e representante do estilo moderno brasileiro, cujo valor se equipara a obras como a Casa das Canoas e a Casa Carmem Portinho.

## Imóveis na Rua Araújo Pena

**Localização:** Rua Araújo Pena – Tijuca



Tombamento de imóveis e criação de AEBT.

## Edifício art déco

**Localização:** Praia do Flamengo, 314 – Flamengo

Belíssimo exemplar da arquitetura *art déco*, ainda com influência do ecletismo. Foi construído em 1929 pela construtora Rebecchi & Cia, uma das mais importantes da época, de propriedade do arquiteto Rafael Rebecchi.

## Capela Nossa Senhora da Penha

**Localização:** Estrada da Paciência, S/N – Campo Grande



A capela de Nsa. Sra. da Penha é uma edificação de proporções modestas, de linhas neogóticas. Merece destaque a sua implantação em um promontório com vista panorâmica para o bairro Cosmos e parte do bairro de Campo Grande.



### **Castelo D'água Lucio Costa**

**Localização:** Av. Ayrton Senna – Barra da Tijuca

Pesquisa e encaminhamento para o CMPC.

### **Garagem Art déco**

**Localização:** Rua Silveira Martins, 139 – Catete

Estudo para inclusão na APAC Catete de importante exemplar da arquitetura art déco.

### **Mercado Popular da Rocinha**

**Localização:** Rua Gal. Olímpio Moura Filho – São Conrado



Estudo sobre o tombamento provisório do Mercado Popular da Rocinha; elaboração de ficha cadastral do conjunto visando seu tombamento definitivo.

### **Imóveis na Praça Doutor Raul Boaventura**

**Localização:** Pça. Doutor Raul Boaventura – Campo Grande

Estudo para tombamento dos sobrados ecléticos situados em frente à estação de trem de Campo Grande.

### **Imóveis na Rua Riachuelo**

**Localização:** Rua Riachuelo, 199, 205 e 207 – Centro

Estudo para inclusão na APAC Cruz Vermelha de três sobrados ecléticos que pela legislação em vigor são considerados passíveis de renovação.

### **Correr de casas na Rua Pereira Nunes**

**Localização:** Rua Pereira Nunes, 189 a 207 – Vila Isabel



Estudo para tombamento de um grupo de nove construções geminadas térreas e uma de dois andares construídas antes de 1938.

### **Sítio Roberto Burle Marx**

**Localização:** Est. Roberto Burle Marx, 2.019 – Barra de Guaratiba

Estudo para tombamento definitivo do Sítio Roberto Burle Marx, bem cultural tombado provisoriamente pelo Decreto Nº 30.936, de 04/08/2009 e declarado Patrimônio Mundial pela Unesco.

## **Estudos para atualização de proteção de bens materiais e determinação de parâmetros em APACs e AEBTs**

### **Rua Pires de Almeida**

**Grau de proteção:** APAC Cosme Velho



Determinação de parâmetros para acréscimos e legalização dos acréscimos existentes nos imóveis situados na Rua

Pires de Almeida – bens preservados pela APA do Cosme Velho e parte de Laranjeiras.

### **Cobal do Leblon e Cobal do Humaitá**

Criação de Área de Entorno de Bem Tombado e determinação de parâmetros para novas construções no entorno dos dois hortomercados construídos no início dos anos 1970, cujo projeto de arquitetura foi premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB.

### **Rua Humberto de Campos, 827**

Análise e estudo de viabilidade para uso de cobertura de Bem Preservado.

### **Igreja de São Francisco Xavier**

**Localização:** Rua São Francisco Xavier, 45 – Tijuca



Criação de Área de Entorno de Bem Tombado e determinação de parâmetros para o lote vizinho à Igreja de São Francisco Xavier.

### **Escola Municipal Soares Pereira**

**Localização:** Av. Maracanã, 1.450 – Tijuca



Criação de Área de Entorno de Bem Tombado e determinação de parâmetros para a Escola Municipal Soares Pereira.

### **Santuário da Medalha Milagrosa**

**Localização:** Rua Doutor Satamini, 333 – Tijuca



Atualização da Área de Entorno de Bem Tombado do Santuário da Medalha Milagrosa – Capela Primitiva Nossa Senhora das Graças – com proteção de sua ambiência e preservação de conjunto edificado no seu entorno. O estudo abrangeu outros bens protegidos, culminando na criação de uma área de entorno mais ampla, incorporando a Igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro, a Casa da Vila da Feira e outros.

### **Instituto Metodista Bennett**

**Localização:** Rua Marquês de Abrantes, 55 – Flamengo  
Estudo para tombamento definitivo do conjunto edificado do Instituto Metodista Bennett, com definição dos imóveis protegidos e criação de AEBT.

### **Churrascaria Majórica**



**Localização:** Rua Senador Vergueiro, 11 e 15 – Flamengo  
Estudo para tombamento definitivo do solar da segunda metade do século XIX que hoje abriga a Churrascaria Majórica

e proteção da ambiência do seu entorno através da criação de uma AEBT.

### **Conjunto edificado Moinho Fluminense**

**Grau de proteção:** Bem Tombado Municipal



Estudo para elaboração de ficha cadastral completa e determinação de parâmetros para intervenção.

### **Complexo Sanatorial de Curicica**

**Localização:** Estrada de Curicica, 2000



Estudo para avaliação de intervenção proposta no Centro de Referência Professor Hélio Fraga, da Fiocruz. O antigo Complexo Sanatorial de Curicica, de autoria de Sergio Bernardes, é um bem indicado à proteção.

### **APAC Cruz Vermelha**

O estudo de atualização da APAC Cruz Vermelha, parte do escopo do Projeto Reviver Centro, propõe a atualização de conceitos e propostas visando corrigir distorções verificadas nos 30 anos da existência da APAC, através da adequação dos parâmetros urbanísticos e inclusão de novos imóveis. O objetivo é melhorar a qualidade da paisagem e do ambiente urbano da APAC contribuindo para os objetivos do Projeto Reviver Centro.

## ***Análise de intervenções em bens protegidos através de ferramenta digital***

Modelagem em 3D de propostas de intervenções em bens protegidos, visando avaliar o impacto volumétrico tanto nos bens protegidos quanto no seu entorno.

- Solar que abriga a Churrascaria Majórica (BTM), na Rua Senador Vergueiro, 11/15 – Flamengo;
- Cobal de Botafogo, na Rua Voluntários da Pátria, 446
- Cobal do Leblon, na Rua Gilberto Cardoso – Leblon;
- Rua Conde de Irajá, 439 – Botafogo;
- Rua Alzira Brandão 436-458 – Tijuca;
- Av. Epitácio Pessoa, 4.916 – Lagoa;
- Av. Visconde de Albuquerque, lotes do PAL 19415 – Leblon.

## ***Correção de numeração de bens protegidos***

Pesquisa para correção de endereço de diversos bens protegidos por legislação de patrimônio cultural:

- Praça Montese, 3 – APAC Marechal Hermes;
- Rua Alfredo Chaves, 53 – APAC Humaitá;
- Praça Pio XI – APAC Jardim Botânico.

## **Estudos de legislação**

### ***Propostas de legislação encaminhadas pelo IRPH***

- Minuta de decreto para arrecadação de imóveis pelo município do Rio de Janeiro;
- Minuta de decreto para simplificação de procedimento de acompanhamento de intervenções em imóveis construídos antes de 1938;
- Minuta de decreto de regulamentação do registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial.



## **Análise de legislação envolvendo o patrimônio cultural**

- Análise sobre a validade de leis de iniciativa do Poder Legislativo que tombam bem material ou que declaram patrimônio imaterial bem cultural de natureza imaterial. Projetos de Lei- 45 e Projetos de Lei digitais propostos pela Câmara dos Vereadores durante o ano de 2021.
- Revisão de projeto de lei que pretende conceder isenção de ICMS a negócios tradicionais registrados como bem cultural de natureza imaterial.

## **Projetos e obras em bens protegidos privados**

### **Complexo Residencial – Antigo Hotel Glória**

**Localização:** Rua do Russel, 632 – Glória

**Projeto:** Joseph Gire

**Inauguração:** 1922

**Grau de proteção:** Preservado

**Legislação:** Decreto Municipal N° 25.550/2005



O Antigo Hotel Glória foi inaugurado em 15 de agosto de 1922, na mesma época à realização da Exposição Internacional de 1922 em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. O projeto com tendência estilística neoclássica é assinado pelo arquiteto francês Joseph Gire, autor e co-autor de várias obras arquitetônicas icônicas na Cidade do Rio de Janeiro, tais como o Hotel Copacabana Palace, o edifício "A Noite", o Palácio Laranjeiras, dentre outras.

A edificação, em sua concepção original, era dotada de

teatro, cassino, salões de festas e de jogos, áreas de lazer e quartos de hóspedes, sendo considerada um hotel de luxo e o primeiro hotel cinco estrelas do Brasil.

Conhecido por hospedar artistas do cinema, cantores, políticos e chefes de Estado, o Hotel Glória ficou famoso também por sediar importantes eventos como convenções, congressos, bailes e concurso de fantasias de carnaval.

O Hotel Glória ficou 86 anos em atividade. Em 2008 foi vendido ao Grupo EBX que tinha interesse em reformar o edifício e transformá-lo em um hotel seis estrelas. Mas em 2013 o grupo faliu, as obras foram paralisadas e a reforma do hotel não foi concluída.

O projeto, orientado pela equipe do IRPH, visa adaptar a edificação principal e seu anexo, além de propor uma nova edificação, criando um complexo residencial contando com 266 unidades residenciais e quatro lojas.

A edificação principal terá suas fachadas restauradas e receberá reforma interna para abrigar 86 unidades residenciais. A edificação anexa será totalmente reformada, incluindo fachada, e abrigará 68 unidades residenciais. Na edificação nova estarão alocadas 110 unidades residenciais.

### **Educandário Gonçalves de Araújo**

**Localização:** Campo de São Cristóvão, 310 – São Cristóvão

**Construção:** 1898 a 1900

**Grau de proteção:** Preservado em Grau I

**Legislação:** Lei N° 73/2004 (APAC do Bairro Imperial de São Cristóvão)



A instituição, que é uma das obras sociais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, tem sua origem no Asilo da Infância Desvalida, criado pela vontade do co-

mercante português Antônio Gonçalves de Araújo, membro da Irmandade, que deixou seus bens para construção e manutenção do prédio.

O edifício tem estilo neogótico com influências portuguesas. O estilo é evidente na forma dos arcos ogivais das aberturas e na abundância de pináculos.

Atualmente, sob o regime de escola integral, o Educandário oferece ensino gratuito, além de atividades extracurriculares e religiosas para crianças do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

O projeto de reforma do imóvel, orientado pela equipe técnica do IRPH, visou requalificar e modernizar as instalações do imóvel a fim de melhorar a capacitação educacional e profissional dos jovens que a instituição atende.

As intervenções foram norteadas por pesquisas "in loco", prospecções e orientações de diversos técnicos dos projetos complementares, a fim de minimizar o impacto das novas instalações e manter a estrutura e legado arquitetônico do prédio.

A etapa da obra que foi concluída em 2021, reformou, 50% do prédio. Em 2021, teve início a elaboração de projeto arquitetônico para a restauração e conservação das fachadas, através de consulta e apresentação de relatórios que permita a elaboração de um escopo de obras para a retomada das intervenções, visando, principalmente, a recuperação das fachadas.

### **Conservação do Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica**

**Localização:** Rua Luiz de Camões, 52 – Centro

**Projeto:** Ampliação de 1890 orientada pelo arquiteto italiano Sante Bucciarelli

**Inauguração:** 1872

**Grau de proteção:** Preservado

**Legislação:** Lei Municipal Nº 506, de 17/01/1984 (APAC Corredor Cultural) e Lei Municipal Nº 1.139 de 16/12/1987 (PAA 10.600 – PAL 41.632)

Localizada na esquina da Rua Leopoldina com antiga Rua da Lampadosa (atual Rua Luiz de Camões), a edificação do CMAHO foi inaugurada em 1872 para sediar o Conservatório de Música, onde funcionou até 1913.

Ainda como Escola de Música Nacional, em 1890 sofreu ampliação, incorporando outras duas edificações, tomando as *dimensões e formas conhecidas*.



O Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica foi inaugurado em 1996 para abrigar parte do acervo do artista. O acervo do artista foi transferido para a casa onde morou no bairro do Jardim Botânico, Rio de Janeiro, em 2009.

O equipamento mantém o uso direcionado para as artes, divulgando não só as obras de Hélio Oiticica, mas como grandes artistas do cenário nacional e internacional, sediando diversas exposições e abrindo espaço para estudos e pesquisas no espaço.

Por ocasião da pandemia, o CMAHO foi fechado no início de 2020, sendo reaberto em 5 de novembro de 2021, após realização de serviços conservativos na cobertura e pintura interna geral e exposição de obras inéditas do artista.

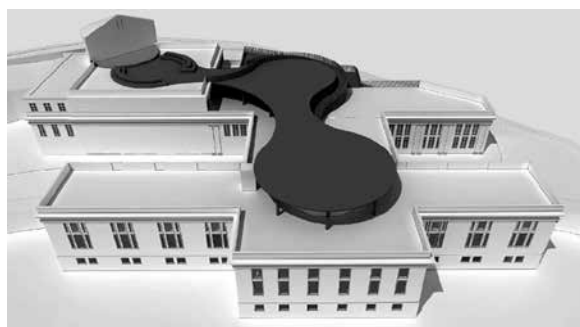
### **Escola Elega (antigo Cassino da Urca)**

**Localização:** Av. João Luiz Alves, 13 – Urca

**Inauguração:** 1922

**Grau de proteção:** Tombamento municipal

**Legislação:** Decreto Nº 44.278/18



A história da edificação conhecida como “Cassino da Urca”, confunde-se com a história da cidade do Rio de Janeiro, que nos idos de junho de 1922, com o contrato firmado entre a Empresa da Urca e a Prefeitura para a construção do bairro da Urca, inicia sua trajetória como um “hotel balneário de primeira ordem”.

Concebida em precioso contexto ambiental, territorial e social, a edificação nas areias da Praia da Urca e seu passado sobre logradouro público, possui fases distintas, marcadas pela ocupação do bairro e usos que abrigou como Cassino e Sede da extinta TV TUPI.

Abandonada após o fechamento da TV TUPI, a edificação se encontrava no início dos anos 2000 descaracterizada. Em 2007, com o intuito de recuperar este marco na paisagem cultural carioca, dando-lhe uma função identificada com os padrões de vida atual, devolvendo-o ao cotidiano da cidade, em especial ao bairro da Urca, surge a proposta de adequação para abrigar o Instituto Europeo di Design – IED que foi inaugurado em 2014, mas desocupou a edificação em 2020.

No início de 2021, a Escola Eleva apresentou projeto para adaptar a edificação para abrigar seu uso, reaproveitando uma grande parte das adaptações já feitas anteriormente.

### **Igreja Matriz de São Cristóvão**

**Localização:** Praça Padre Seve, 10 – São Cristóvão

**Construção:** anterior a 1627

**Grau de proteção:** Preservado em Grau I

**Legislação:** Lei N° 73/2004 (APAC do Bairro Imperial de São Cristóvão)



Originalmente, a capela foi construída em um terreno a beira-mar pertencente à Fazenda Companhia de Jesus, na sesmária concedida por Estácio de Sá em 1565. O templo voltava-se

para a, então, Praia de São Cristóvão, mas, após sucessivos aterros, afasta-se da beira mar estando, hoje, isolada.

A igreja, que originalmente tinha como devoto Santa Edwiges, posteriormente, com a vinda de D. Pedro I para o Brasil, passou a ter São Cristóvão como padroeiro.

No final do século XIX, a igreja original foi demolida aproveitando-se algumas paredes que ofereciam solidez, sendo erguida, a atual Matriz de São Cristóvão, na forma que tem hoje, de elegante estilo neogótico-romano que tanto a distingue dos demais templos religiosos.

A etapa inicial do projeto foi um levantamento arquitetônico do bem preservado, um diagnóstico do estado de conservação e o mapeamento de danos.

A proposta de restauração foi aprovada em 2021 e tratará dos seguintes aspectos: recuperação das fachadas, da torre, a remoção de um anexo, a restauração do interior e a revisão da cobertura. No momento, as obras estão em andamento, com acompanhamento da equipe técnica do IRPH.

### **Imóvel no Beco do Bragança**

**Localização:** Beco do Bragança, 22 – Centro

**Legislação:** Decreto 24.420, de 21/07/2004 (APAC do entorno do Mosteiro de São Bento)

**Construção:** Primeiro quartel do século XX

**Estilo:** Eclético



O imóvel originalmente, constava de duas lojas no térreo e seis apartamentos nos pavimentos superiores.

Posteriormente, quando o centro se consolidou pelo uso comercial e de prestação de serviços, a edificação foi transformada em um prédio de escritórios.

Em 2021, incentivados pelo programa Reviver Centro (Lei Complementar N° 229, de 14/07/2021), que tem, entre outros objetivos, reverter o processo de esvaziamento de edifícios comerciais, acelerado pela ampliação do trabalho remoto pós-pandemia, os proprietários do imóvel aderiram ao programa e abriram um processo, solicitando análise técnica para a transformação do uso comercial em uso misto, retomando assim, o uso original do edifício, com lojas no térreo e apartamentos nos pavimentos superiores.

A edificação se encontra bem caracterizada e em bom estado de conservação, devido às orientações dadas pelo IRPH, aos proprietários, por ocasião de intervenções anteriores.

Este é um bom exemplo de como o IRPH pode dar a sua contribuição nas primeiras experiências de transformação de uso de imóveis preservados em APAC's, a fim de viabilizar a retomada do uso residencial do centro da cidade, perdida em decorrência de legislações municipais, equivocadas, ao longo de décadas.

### **Portão do Parque Guinle**

**Localização:** Rua Paulo César de Andrade, S/N° – Laranjeiras

**Projeto:** Gérard Cochet

**Inauguração:** década de 1920

**Grau de proteção:** Tombamento municipal e estadual

**Legislação:** Lei 3.238, de 12/06/2001 e Processo E-03/31.276/78, Decreto N° 44.278/18



O Parque Guinle foi inaugurado na década de 1920. Sua estrutura foi projetada pelo paisagista francês Gérard Cochet para ser o jardim da residência de Eduardo Guinle, patriarca da tradicional Família Guinle.

O Portão de duas folhas possui dois outros acessos laterais, entre duas sólidas colunas laterais de granito, encimadas por luminárias. A estrutura do portão é todo em

ferro fundido e os elementos decorativos: folhas, flores e pináculos em bronze.

Foi adquirido em 1911 por Eduardo Guinle na fundição francesa situada no Boulevard de La Villette, Paris.

Desde 2001, o Portão constitui um Tombado pelo Município pela Lei 3.238 e pelo Estado como entorno do Palácio Laranjeiras pelo processo E-03/31.276/78.

As obras foram viabilizadas através da captação de recursos promovida pelo Instituto Carioca Cidade Criativa.

As obras de recuperação do portão, inauguradas em fevereiro de 2021, foram orientadas e acompanhadas pela equipe do IRPH e incluíram as peças que compõe o portão, promovendo a restauração dos elementos pétreos, recuperação de todas as estruturas metálicas e revisão do funcionamento, das engrenagens do pivô, cremona e dobradiça e reparo dos lampiões com recomposição dos seu elementos deteriorados ou defeituosos e reposição dos vidros jateados quebrados ou faltantes.

### **Rua Senador Pompeu**

**Localização:** Rua Senador Pompeu, 46 a 60 – Centro

**Grau de proteção:** Preservado

**Legislação:** Decreto Municipal N° 7.351/1988



O imóvel de três pavimento que ocupa do n° 46 a 60 da Rua Senador Pompeu é preservado e está inserido na APA SAGAS.

Orientado pela equipe do IRPH, o projeto faz parte do Plano Reviver Centro e visa adaptar a edificação criando um complexo residencial contando com 140 unidades residenciais e 01 (uma) loja no térreo.

A proposta prevê a abertura de três grandes prismas de ventilação e construção de dois volumes na parte posterior da edificação. Prevê ainda o aproveitamento do volume existente na lateral esquerda do imóvel, onde uma passarela ligará o ter-



raço a Ladeira de Pedro Antônio, no Morro da Conceição.

A previsão é de que a fachada principal seja totalmente restaurada, com algumas aberturas sendo feitas no pavimento térreo para acesso a loja e ao lounge de entrada.

### **Teatro do Hotel Copacabana Palace**

**Localização:** Av. Nsa. Sra. de Copacabana, 291 – Copacabana

**Inauguração:** 1949

**Projeto de reabilitação:** Ivan Rezende

**Grau de proteção:** Tombamento municipal, estadual e federal

**Legislação:** Decreto N° 30.026/2008



Inaugurado em 1923, sendo o primeiro dos grandes hotéis do Brasil, o Copacabana Palace foi construído por iniciativa da família Guinle para explorar o potencial turístico da orla oceânica da cidade que começava a ser ocupada.

O seu teatro foi inaugurado em 1949 e já recebeu alguns dos principais nomes do teatro brasileiro. Tomado por um enorme incêndio, em 1953, reabriu as portas no ano seguinte com a temporada de “Diálogos das Carmelitas”. Desde 1994, o espaço se manteve fechado.

Iniciada em 2018, sua reforma incluiu a restauração do foyer e marquise de entrada, a adaptação para tornar o local mais acessível para PCDs e a criação de um espaço de café. A reabilitação da sala de espetáculos, que reinaugurou em novembro de 2021, conta com lugares distribuídos entre plateia, balcão, frisas e seis camarotes.

O IRPH participou de todas as fases, orientando o projeto de reforma de autoria do Arquiteto Ivan Rezende e acompanhando as obras de reabilitação do teatro.

### **Edifício Venâncio Flores**

**Localização:** Av. Visconde de Albuquerque, 862 – Leblon

Edifício residencial com três pavimentos, típico da primeira ocupação do bairro do Leblon. As obras executadas neste bem tombado adaptaram e modernizaram o imóvel para novas demandas, com preservação da ambiência dos apartamentos originais e acréscimo de unidades na parte posterior.



# Números do IRPH em 2021

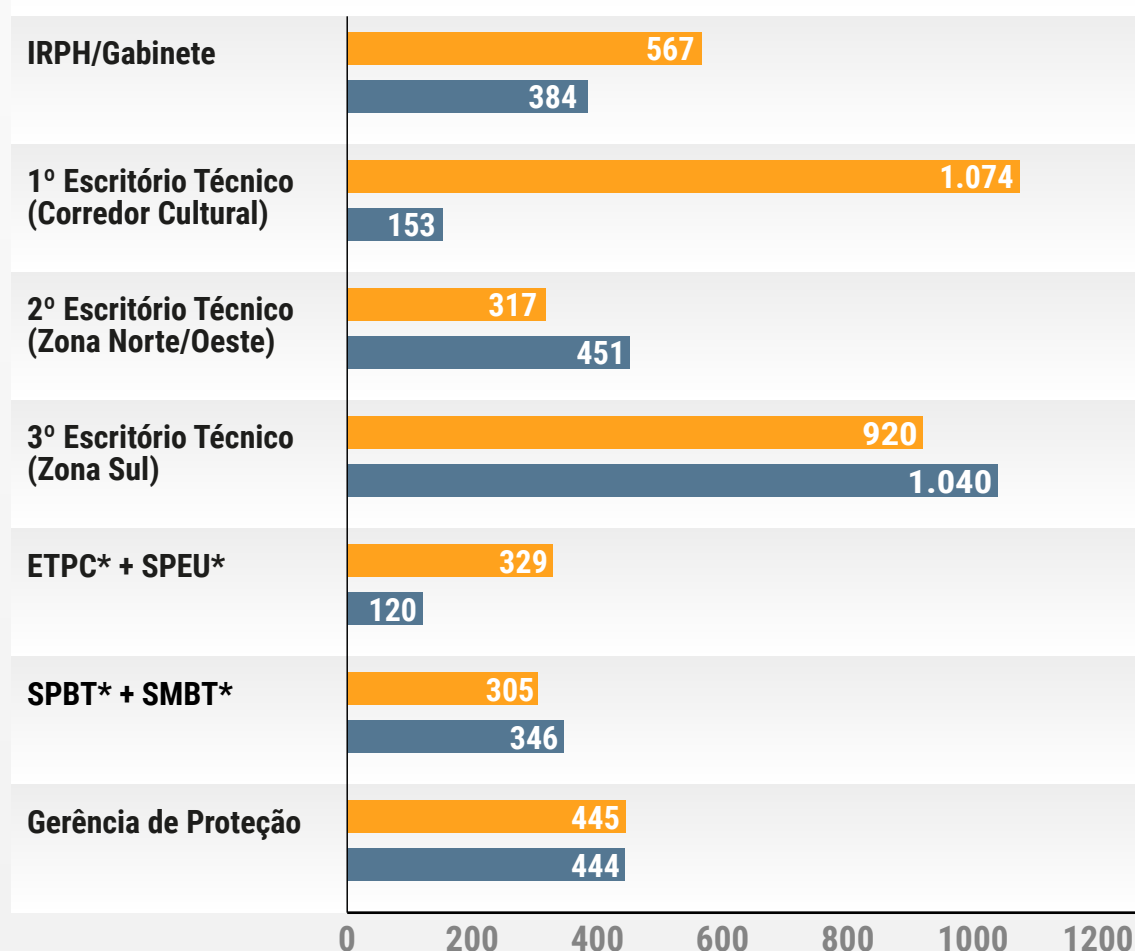
Licenciamento de obras em bens protegidos pelo Patrimônio Cultural

**3.891**

Processos analisados

**2.938**

Atendimentos /  
vistorias realizadas



Processos analisados



Atendimentos e vistorias realizadas

\* ETPC = Escritório Técnico da Paisagem Cultural

\* SPEU = Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos

\* SPBT = Subgerência de Projetos em Bens Tombados

\* SMBT = Subgerência de Monitoramento de Obras em Bens Tombados

# Patrimônio imaterial

## Ações de Salvaguarda

### *Salvaguarda das Rodas de Samba*

O Rio de Janeiro possui uma tradição de formação de rodas musicais em seus bairros e praças, sendo a roda de samba uma das tipologias. Após o registro da Rodas de Samba como Bem Cultural de Natureza Imaterial em novembro de 2020, o IRPH iniciou um conjunto de reuniões com o Instituto Pereira Passos e a Secretaria Municipal de Cultura para estruturar um novo formato de cadastro das rodas de samba, item imprescindível para iniciar o trabalho de salvaguarda. A partir de janeiro de 2022 um novo cadastro atualizado será realizado pela SMC e o IRPH o utilizará para iniciar os trabalhos de salvaguarda.

### *Salvaguarda dos Mateiros*

A atividade dos mateiros (vendedores ambulantes de mate, limonada e biscoito de polvilho nas praias do Rio) recebeu o reconhecimento como Bem Cultural de Natureza Imaterial (Decreto Nº 35.179, de 02/03/2012). Tal reconhecimento implica a adoção de um Plano de Salvaguarda, que corresponde a um conjunto de ações e políticas públicas para garantir a continuidade do Bem Cultural de Natureza Imaterial de forma sustentável.

### *Salvaguarda da Umbanda*



Após o registro da Umbanda como Bem Cultural de Natureza Imaterial em 2016, através do Decreto Municipal 42.557 de 07/11/2016 foi instituído o cadastro de templos religiosos no Rio de Janeiro com 52 inscritos, primeiramente. De lá para cá, foram feitos registros audiovisuais através de visitas presenciais aos templos ou alguma atividade festiva específica do calendário religioso, bem como casamento ou atividades na praia. Com o advento da pandemia, estes registros foram feitos através de entrevistas, de modo remoto. Todas as entrevistas foram gravadas.

## Estudos e Pesquisas

### ***Registro da Feira da Praça XV***

Pesquisa elaborada sobre as diversas feiras que acontecem na Praça XV, levantando seu histórico, com o objetivo de tentar identificar os responsáveis pelo acontecimento destas, os possíveis detentores desta prática, as referências simbólicas ou elementos importantes para se efetuar o registro e posterior salvaguarda pelo Patrimônio Cultural. Foi concluído que a existência da feira por si só sem as informações referentes aos detentores não apresenta qualificação para registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial.

### ***Pesquisa para registro da Banda da Guarda Municipal***

Pesquisa elaborada sobre a história da banda da guarda municipal, tentando identificar quais seriam os elementos importantes que justificasse seu registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial.

### ***Registro da Feira das Yabás***



Feira tradicional que ocorre no bairro de Oswaldo Cruz todo segundo domingo do mês. Foi elaborada pesquisa sobre sua origem, suas referências simbólicas, sua relação com o trem do samba, o candomblé e a escola de samba da Portela, concluindo que a atividade de produção de comida, geralmente de forma coletiva, a relação criada pela crença religiosa e todo o seu significado simbólico, mantém ativa a rede de apoio dos seus atores, constituindo grande elemento para um registro como

Bem Cultural de Natureza Imaterial do Rio de Janeiro. Entretanto, não houve interesse por parte do realizador e detentores, de que a feira seja registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial pelo receio de ocorrer a perda de suas características e possíveis intervenções do poder público.

### ***Registro da Bossa Nova***

Pesquisa finalizada sobre o gênero musical denominado Bossa Nova, concluindo não ser pertinente o seu registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial da cidade do Rio de Janeiro.

### ***Registro do futebol de praia***



O esporte é praticado nas praias do Rio de Janeiro, em especial em Copacabana, contando com a realização anual de campeonatos profissionais e amadores da modalidade. Foram realizadas pesquisas, registro audiovisual e entrevistas com os detentores da prática, atletas, jornalistas, técnicos e profissionais que vivenciam o Futebol de Praia. O estudo insere o Futebol de Praia em uma dimensão de apropriação de um espaço público onde construções simbólicas de comportamento e relações sociais vão se firmando, integrando-se ao modo de vida e à paisagem urbana carioca, como um Bem Cultural de Natureza Imaterial.

### ***Registro da gafieira e dança de salão***

Pesquisa em andamento sobre as gafieiras, notadamente a Estudantina e a Elite (processo 01-004393-2014), com o intuito de reconhecê-las como Bem Cultural de Natureza Imaterial. O Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural determinou que se aprofundasse esse estudo, encampando não só as gafieiras, mas também outras tradicionais casas de dança do município do Rio de Janeiro.

### ***Pesquisa sobre estilos arquitetônicos para Armazém de Dados do IPP***

Pesquisa com o propósito de alimentar a base de dados do Armazém de Dados da Prefeitura. O trabalho consistiu na revisão e preenchimento de tabela existente de estilos arquitetônicos de diversos templos religiosos protegidos por legislação de patrimônio cultural na cidade do Rio de Janeiro, ressaltando as suas características mais evidentes.

### ***Guia de educação patrimonial para professores – Reviver Centro***

Elaboração de um guia para orientação dos professores quanto à forma e ao conteúdo a serem inseridos ou trabalhados nos planos de aula, para desenvolver com o aluno práticas de percepção e estímulo a preservação e conservação do Patrimônio Cultural.

### ***Atualização do Guia de Bens Tombados***

Revisão do Guia de Patrimônio Cultural Carioca – Bens Tombados – 2014. Desde 2014, vários problemas e alguns erros foram verificados na publicação de 2014, o que demandou uma revisão dos dados.

# Patrimônio mundial

No ano de 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) criou o Comitê e a Lista do Patrimônio Mundial. Desde então, os países signatários da Convenção indicam os bens dotados de valor universal excepcional, ou seja, de importância única para o mundo, por refletirem o processo civilizatório da humanidade. No aceite da candidatura, os bens inscritos passam a ser chancelados com o título de Patrimônio Mundial.

A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO gera um impacto econômico positivo, principalmente em relação ao turismo, na medida em que as comunidades locais e internacionais dele se apropriam e passam a divulgar este reconhecimento. Assim, para cada sítio deve ser elaborado um Plano de Gestão que garantirá o equilíbrio entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento a partir de compromissos assumidos

pelos governos dos países, visando à manutenção deste valor universal excepcional que se pretende salvaguardar.

Existem atualmente 1.032 Sítios de Patrimônio Mundial, sendo 803 culturais, 197 naturais e 32 mistos, localizados em 163 países. Destes, 21 estão localizados no Brasil e 2 na cidade do Rio de Janeiro.

## Sítio Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar

O Sítio Paisagens Cariocas Patrimônio Mundial, declarado pela UNESCO em 2012, é a primeira grande metrópole a ser reconhecida na categoria Paisagem Cultural. Trata-se de um recorte da paisagem da cidade capaz de representar seus valores universais excepcionais, mundialmente reconhecidos e dignos de serem protegidos.





Os principais elementos deste sítio são: as montanhas e suas florestas, o paisagismo de seus jardins, a maneira como os espelhos d'água e a orla foram artisticamente agenciados e, principalmente, as interações sociais e culturais características do modo de vida carioca que tais espaços proporcionam.

### **Monitoramento no Sítio Paisagens Cariocas Patrimônio Mundial**

Pela extensão da área definida como Patrimônio Mundial, é necessário um trabalho de acompanhamento das intervenções realizadas, a fim de que estas não comprometam os valores da paisagem protegida. Dessa forma, são monitoradas principalmente as áreas sem uma gestão própria, como a Orla de Copacabana e o Parque do Flamengo, além da Zona de Amortecimento Urbana, parte do Setor C que compõe a área edificada entre a montanha e o mar, a fim de acompanhar suas transformações.

Desde 2018, o IRPH, por meio do Escritório Técnico da Paisagem Cultural – ETPC, mantém um banco de dados com o registro fotográfico dos diferentes pontos de visadas definidos para o monitoramento do sítio, disponível ao público pelo portal [www.data.rio](http://www.data.rio), na aplicação do Patrimônio Cultural Carioca, além de informações georreferenciadas das solicitações de intervenção nas áreas do setor B e na zona de amortecimento, de uso exclusivo dos técnicos.

Foram elaborados estudos para a setorização da Zona de Amortecimento Urbana – Setor C, que foram incorporados durante a elaboração do novo Plano Diretor, coordenado pela SMPU e encaminhado à Câmara Municipal, a partir da participação em reuniões técnicas e audiências públicas.

Como parte do processo de gestão integrada das áreas do Sítio, também pode ser incluída a participação da equipe em comitês e conselhos, tais como:

- Plano de Desenvolvimento Sustentável– PDS, coordenado pelo Escritório de Planejamento – EPL, da Secretaria Municipal da Casa Civil;
- Conselho Municipal de Cultura;
- Conselho Consultivo do Parque Nacional da



Tijuca – PNT;

- Comitê Técnico Permanente de Implantação e Acompanhamento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica–CTPMMA;
- Conselho do Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca – CONSEMONA;
- Conselho Gestor do PNM e APA Paisagem Carioca.

## **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**

### **Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – LAAU**

O IRPH é responsável pela guarda do acervo arqueológico encontrado durante as intervenções urbanísticas de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro, principalmente após o achado do Sítio Arqueológico Cais do Valongo em 2011.

Esse acervo é composto pelos achados da chamada Fase I das obras do Porto Maravilha – mais de 1 milhão de peças registradas e acondicionadas em aproximadamente 900 caixas, além do material de grande porte, a Pedra Fundamental do prédio da antiga Cia. Docas de D. Pedro II, canhões, âncoras, pedras lavradas e outros objetos; e de 245 peças de grande porte oriundas das escavações da Fase II.

Desde 2017 está em vigência um contrato com uma empresa de arqueologia para a conservação das coleções arqueológicas do LAAU, firmado pela então Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação – SMUIH, através da sua Subsecretaria de Gestão e com o apoio do IRPH e do IPHAN. Este contrato vem sendo prorrogado anualmente, estando previsto seu término para abril de 2022. Até novembro de 2021 o acervo esteve abrigado no Galpão B da Gamboa.

### ***Mudança do LAAU para Docas D. Pedro II***

O processo de mudança do LAAU teve início no segundo semestre de 2019, com o pedido do IPHAN, sob direção do MPF, da transferência do seu acervos arqueológicos para o edifício Docas Pedro II (de propriedade da União), localizado à Av. Barão de Teffé, de forma a integrar o Centro de Referência sobre o tema junto ao Cais do Valongo. O projeto prevê

a reunião, em um mesmo endereço, do Centro Integrado de Interpretação do Cais do Valongo, o Centro Cultural da Fundação Palmares, e o Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana.

Em dezembro daquele ano o IPHAN realizou o Pregão Eletrônico nº 05/2019 para a contratação do projeto executivo de arquitetura e restauro do edifício Docas D. Pedro II, de modo a facultar a futura contratação de obras que venham garantir, além da preservação daquele imóvel, sua adequação para abrigar os equipamentos culturais. O projeto executivo de arquitetura das instalações definitivas do LAAU está em desenvolvimento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2022, mas ainda não há previsão para o início das obras.

De maneira a viabilizar o arranjo solicitado pelo IPHAN, o IRPH realizou uma série de ações ao longo do ano de 2021. Juntamente com o Gabinete da Presidência do IPRH, a Subgerência de Arqueologia esteve diretamente envolvida nas negociações e comunicação com a Fundação Palmares para a mudança para o Prédio Docas D. Pedro II, mantendo correspondências e atendendo adequações demandadas pelo IPHAN-RJ para preparar a movimentação do acervo; além de participar de reuniões extensas com o IPHAN-RJ para informar o IPHAN sobre o acervo do LAAU e opinamento no projeto de arquitetura nas futuras instalações do LAAU no Prédio Docas D. Pedro II.





Além disso, 2021 foi marcado pelas ações de planejamento e preparação para a mudança, com o levantamento das demandas de segurança e de logística para a movimentação do acervo, escolha de materiais de mudança. Foi realizada a cotação seguida da contratação de fornecimento de materiais de embalagem, bem como de empresas de mudança e de serviços de adequação do espaço no Prédio Docas D. Pedro II para recebimento do acervo.

Desta forma, após a apresentação de documentação e da autorização de movimentação pelo Centro Nacional de Arqueologia – CNA, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na figura da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, realizou a mudança do acervo para o edifício Docas D. Pedro II em novembro de 2021. Neste novo endereço o acervo está acondicionado provisoriamente dentro de containers e no primeiro andar do edifício, enquanto aguarda a instalação do LAAU definitivo após as obras de responsabilidade do IPHAN.

### ***Atendimento a demandas de pesquisa***

Em maio de 2021, em atendimento à demanda levantada pelo Ministério Público de empréstimo de parte da coleção do LAAU a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o IRPH recebeu os Tania Andrade Lima, Marcos André Torres e Souza e Glauca Malerba Sene e suas equipes de pesquisa nas dependências provisórias no Galpão da Gamboa. Foram realizados encontros com os pesquisadores e feitas as orientações à empresa Grifo para localização das peças requisitadas no acervo, elaboração de arrolamento e fotografia das peças emprestadas.

O empréstimo de parte do acervo para a UERJ

permite que o mesmo siga sendo analisado mesmo durante as obras para implementação dos equipamentos culturais no prédio Docas D. Pedro II, garantindo a continuidade da pesquisa sobre significativo acervo do LAAU.

### ***Sobre o Sítio Arqueológico Cais do Valongo***

Em 2021 o IRPH, através da Subgerência de Arqueologia e da Subgerência de Projetos em Espaços Urbanos Protegidos deu continuidade ao acompanhamento do processo das melhorias do entorno sítio arqueológico do Cais do Valongo, em conjunto com o IPHAN, INEPAC e CDURP, e realizadas pelo IDG para cumprimento dos compromissos firmados com o MPF. O IRPH foi consultado sobre o impacto de mudanças na iluminação e urbanização de entorno.

A Subgerência de Arqueologia participou em 2021 da rede (A)gentes do Valongo, realizado pelo IDG em parceria com o Consulado Americano no Rio de Janeiro, com apresentação sobre o LAAU no dia 25 de novembro.

### **Sítio Roberto Burle Marx, Patrimônio Mundial**

Em julho de 2021, durante a 44ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, realizada em Fuzhou na China, o Sítio Roberto Burle Marx foi reconhecido, por unanimidade, Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural.

O Sítio, originalmente conhecido como Engenho da Bica, está localizado no Maciço da Pedra Branca, em Guaratiba, e foi adquirido por Roberto Burle Marx e seu irmão em 1949. O terreno, com fontes de água, pedras, espécies nativas da Mata Atlântica e algumas construções antigas como a Capela de Santo Antônio da Bica, datada do século XVII, passou a abrigar também a coleção botânica do grande paisagista. A propriedade serviu, ao longo de 45 anos, como um laboratório de experimentação, estudos e pesquisas, bem como lugar de aclimação e reprodução de espécies vegetais coletadas por Burle





Marx em suas expedições pelo Brasil e pelo mundo.

Com a aquisição integral do imóvel, Roberto Burle Marx foi realizando, ao longo dos anos, importantes intervenções no sítio. Essas foram se somando... integrando elementos naturais e construídos; marcando sua genialidade criativa... inovando o paisagismo modernista dentro e fora do país. Em 1973, o já renomado paisagista resolveu instalar-se definitivamente em Guaratiba; onde passou a morar e trabalhar, apresentando uma extensa produção também no campo das artes visuais (gravuras, desenhos, esculturas, tapeçarias, pinturas sobre diferentes suportes, painéis de cerâmica, joias, cenários e figurinos para teatro, entre outras).

Novas construções foram incorporadas às já existentes, e passaram a compor o conjunto de sete edificações (principais) do Sítio: a residência de Burle Marx; a “Loggia” (ateliê para pinturas de grande formato); o salão de festas aberto, conhecido como “cozinha de pedra” (que recebeu prêmio do Instituto dos Arquitetos do Brasil em 1963); a antiga Capela (restaurada com assessoria dos arquitetos Lúcio Costa e Carlos Leão); o Ateliê (edifício moderno com fachada em cantaria neoclássica, provenientes de demolições); a “Casa de Pedra” e o prédio da administração do Sítio, que abriga uma biblioteca especializada. Também fo-

ram construídos ripados ou sombrais, arruamentos, canteiros, espelhos d’água.

Atualmente, possui 405 mil metros quadrados de área e abriga uma coleção botânica com mais de 3.500 espécies de plantas tropicais e subtropicais, cultivadas em viveiros e jardins; um acervo museológico com mais de três mil itens, além das obras produzidas pelo artista, ainda preservadas no local, e sua biblioteca com mais de 4.000 títulos em botânica, arquitetura, paisagismo e outros assuntos.

Em 1985, Burle Marx, preocupado com o futuro do Sítio, doou o mesmo ao governo federal, permanecendo no local até a sua morte, em 1994. Atualmente é uma unidade especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e possui proteção legal nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. A visitação pública passou a ser permitida no ano seguinte ao falecimento do paisagista, permitindo maior intercâmbio entre a obra do artista e a sociedade civil.

### ***Crítérios da Inscrição***

*Crítério (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período de tempo ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquite-*

*tura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens.*

O Sítio Roberto Burle Marx demonstra um importante intercâmbio de ideias sobre paisagismo relacionado com a transferência de ideias do movimento modernista da Europa, a sua elaboração e adaptação através da experimentação a uma forma de paisagismo baseada na utilização da flora tropical nativa, e sua aplicação em um grande número de parques e jardins em todo o mundo, que juntos produziram um profundo impacto no desenvolvimento do que é agora conhecido com jardim tropical moderno.

*Critério (iv) representar um exemplo excepcional de tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagens que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana.*

O Sítio Roberto Burle Marx é um exemplo excepcional de paisagem que demonstra o desenvolvimento de um novo tipo de paisagismo, que fundiu ideias criativas do Movimento de Arte Moderna com tipologias locais e plantas tropicais, criando um estilo que ficou conhecido com jardim tropical moderno.

# Centro Carioca de Design

Desde 2009, o Centro Carioca de Design – CCD, trabalha para a promoção e difusão do design na cidade do Rio de Janeiro, promovendo exposições, seminários, palestras, publicações e outras formas de geração de conteúdo – seu espaço é aberto a profissionais e estudantes de Design e áreas relacionadas como Arquitetura, Urbanismo, Artes, entre outras, bem como à população de maneira geral.

Instalado no sobrado histórico conhecido como Casa de Bidu Sayão, na Praça Tiradentes, no Centro Histórico da cidade do Rio, o CCD integra, através de sua localização, a proposta de dinamizar o Pa-

trimônio Histórico e Cultural através de iniciativas que vinculam a casa à cidade, visando estimular o pensamento urbano através do design.

Especialmente por integrar a estrutura do IRPH e pelo ambiente urbano em que está inserido, o CCD busca, atualmente, apresentar relações mais estreitas entre design e patrimônio cultural, tendo como missão “divulgar e promover o design como bem cultural e transformador da cidade, dos centros urbanos e da sociedade”.

Ao longo de 2021, o Centro Carioca de design foi procurado por diversos realizadores de eventos para propor projetos, entretanto, assim como ocor-





reu em praticamente todo o ano de 2020, na condição de espaço destinado a atividades abertas ao público – exposições, seminários, oficinas, palestras –, devido às incertezas do cenário da pandemia de Covid-19, o Centro Carioca de Design seguiu de portas fechadas.

As parcerias e trabalhos com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI/UERJ, o Laboratório de Design e Antropologia da ESDI/UERJ e, mesmo com a PUC-Rio, seguem mantidos.

Da mesma forma, as conversações com o Instituto Cultural da Dinamarca com vistas à elaboração de convênio firmando parceria para cessão definitiva do mobiliário existente e uso compartilhado do imóvel até 2023, quando Copenhague será a Capital Mundial da Arquitetura, foram mantidas. A expectativa é de que a redação final e os trâmites administrativos sejam finalizados no primeiro semestre de 2022.

A equipe de gestão, que corresponde à Gerência de Design do IRPH, teve sua atuação deslocada para demandas do Instituto passando a integrar grupos de trabalho em projetos e atividades do Instituto e da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SMPU. Alguns desses projetos, listados abaixo, integram a seção “Projetos especiais” (pág. xx):

- Participação no Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor;
- Distrito do Conhecimento;
- Hackathon com participação de instituições alemãs de ensino;
- Projeto editorial “Mulheres e a Construção da Cidade – Histórias do urbanismo do Rio de Janeiro” (em parceria com a TIX Editora);
- UIA 27º Congresso Mundial de Arquitetos “Todos os mundos, um só mundo, Arquitetura 21” – UIA 2020 / Rio Capital Mundial da Arquitetura – UNESCO;
- TR CHACHA;
- Produtos institucionais.



# Projetos especiais

## Reviver Centro

### *Circuito histórico Iluminado*

O evento Circuito Histórico Iluminado propõe a iluminação cênica de uma área piloto e dos monumentos na área de abrangência do Masterplan do Centro Histórico – Praça Tiradentes, a Rua da Carioca, Largo da Carioca, Avenida Rio Branco, Cinelândia, Rua do Passeio, Praça dos Arcos, Rua dos Arcos e Rua do Lavradio – durante sete dias e inclui workshop sobre Iluminação Pública em Centros Históricos.

A conexão de espaços de importância histórico-cultural através de iluminação artística e cênica visa destacar a paisagem protegida, permitindo sua percepção através do percurso nos espaços deste circuito. Nesse sentido, a proposta para o evento do Circuito Histórico Iluminado considerou a criação de instalações artísticas que pudessem testar novos conhecimentos, conceitos e tecnologias sustentáveis, adequadas aos ambientes históricos, e possibilitassem novas percepções do patrimônio cultural a partir da iluminação diferenciada. A utilização da iluminação de forma lúdica e interativa permitiu a criação de cenários, reinterpretações do espaço, novas poéticas e experiências que colaboraram para a percepção do patrimônio e a qualidade do ambiente histórico.

Assim, a proposta visa:



- discutir a importância da iluminação na paisagem noturna da cidade
- consolidar informações técnicas para iluminação e valorização do patrimônio histórico protegido
- desenvolver novas ideias e soluções técnicas adequadas aos ambientes históricos
- dar destaque ao patrimônio protegido e
- enfatizar a importância do tema para o centro histórico e seu patrimônio.

Boa parte dos monumentos elencados para integrar o circuito histórico iluminado foram incluídos na PPP de iluminação pública, firmada entre a RioLuz e a Smart Luz. O IRPH está orientando os projetos de iluminação especial destes monumentos.

O Circuito Histórico Iluminado está sendo desenvolvido nas seguintes etapas:

- levantamento dos monumentos que receberão iluminação especial a partir da PPP de iluminação pública e revisão do circuito histórico ilu-





minado de acordo com os monumentos que receberão iluminação especial, incluídos na PPP por orientação do IRPH;

- orientação dos projetos de iluminação especial elaborados pela Smart Luz e aprovação dos projetos de iluminação no Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;
- implementação dos projetos de iluminação especial;
- organização do workshop de iluminação dos centros históricos, do circuito de iluminação, com os monumentos iluminados;
- realização do workshop.

### **Inventário da iluminação histórica**

Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito da Recuperação do Sistema de Iluminação do Centro, destaca-se o Inventário de Iluminação Histórica, que foi realizado a partir do mapeamento dos exemplares de iluminação histórica desta área. A partir de vistorias realizadas, a equipe técnica do IRPH, com auxílio de outros órgãos da prefeitura, realizou o levantamento da situação atual das peças identificando exemplares de cordoalhas, arcos, postes e arandelas de parede.

Nesse contexto, foi elaborado mapa da ilumina-

ção histórica existente, indicando as peças de iluminação encontradas, classificadas a partir das tipologias identificadas. Além disso, foi realizado o preenchimento de ficha para cada peça, contemplando informações gerais das vistorias.

No fichamento, as peças foram agrupadas considerando sua localização e tendo como referência os logradouros em que estavam instaladas. As peças também foram numeradas e fotos foram inseridas para uma melhor identificação. Como dados gerais deste estudo, foram identificadas as tipologias existentes, a localização de cada peça, o quantitativo e o atual estado de conservação dos exemplares.

A manutenção e a recuperação dos exemplares de iluminação histórica existentes na área do Centro serão realizadas considerando-se esse mapeamento.

### ***Distrito do Conhecimento***

Ao longo de 2021, foram realizadas reuniões com potenciais parceiros institucionais e mapas com dados disponíveis no Sistema de Informações Urbanas – SIURB. Nesses contatos, cabe destaque para a reunião realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro em 08/09/2021 com a Subsecretária de Regulação e Ambiente de Negócios, Cari-

na de Castro Quirino. Na ocasião, a subsecretária informou que a Lei Municipal 6.788 de 28/10/2020, não seria regulamentada por uma série de questões jurídicas e enviou a Nota Técnica N° 07/2021 – SUBRAN/SMDEIS.

Uma vez que o Distrito do Conhecimento do Centro, descrito na Lei Complementar 229, de 14/07/2021 – Reviver Centro, tem todas as ferramentas de incentivos e de vinculação ao Sistema de Inovação associadas a Lei Municipal 6.788, de 28/10/2020, concluiu-se que, neste momento, não seria possível proceder à regulamentação do Distrito do Conhecimento do Centro.

Por fim, a equipe responsável pela regulamentação sugeriu a contratação de um estudo mais aprofundado, bem como, o alinhamento institucional com outras Secretarias para o desenvolvimento de uma estratégia alternativa que permita dar prosseguimento à regulamentação e implementação do DCC. A proposta para o referido estudo encontra-se em curso de elaboração, sendo desenvolvida conjuntamente pela Gerência de Planejamento Local da AP1 e AP2 da SMPU e a Gerência de Design (Centro Carioca de Design) do IRPH.

## Participação no Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor

O Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor (CTPD), coordenado pela SMPU através da Coordenadoria de Macroplanejamento, conta com a participação de técnicos representantes de 20 órgãos da administração municipal, inclusive o IRPH. As reuniões acontecem periodicamente, de acordo com o calendário proposto pela direção do comitê, para discutir a avaliação do Plano Diretor de 2011 e formular propostas para o próximo Plano.

Desde 2019, diversas atividades vêm sendo realizadas nesse sentido, dentre elas a finalização do Diagnóstico Intersetorial Integrado.

No IRPH, internamente, a formulação de propostas para o novo plano diretor se iniciou em 2018, com a discussão sobre as atividades desenvolvidas por cada setor, suas atribuições e propostas de ati-

vidades futuras. Durante o ano de 2021, foram discutidos e apresentados os novos objetivos e diretrizes da política setorial de patrimônio cultural, propostos para o próximo plano, com participação dos representantes do órgão nas diversas audiências públicas realizadas.

## Placas dos Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca

O projeto denominado “Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca” consiste na instalação de placas de identificação de bens de interesse cultural da Cidade do Rio de Janeiro, as quais são integralmente custeadas por esta municipalidade ou em parcerias com outras instituições. Diversos circuitos temáticos foram criados dentro do projeto, com o objetivo principal de valorizar e difundir o patrimônio cultural carioca, estimulando o conhecimento da história da Cidade e, assim, promovendo o fortalecimento da nossa diversidade cultural.

### *Circuito da Diversidade Sexual LGBTQIA+*

#### **Placa "Lota Macedo de Soares"**

**Texto:** Maria Carlota Costallat de Macedo Soares (1910-1967), lésbica, arquiteta e urbanista autodidata, autora da ideia original do Parque do Flamengo, no qual trabalhou com paixão.

**Local:** Parque do Flamengo (em frente à Rua 2 de Dezembro)

#### **Placa "João do Rio"**

**Texto:** Paulo Barreto, o João do Rio (1881-1921) negro e homossexual profissionalizou o jornalismo e levou o repórter às ruas, registrando tipos e costumes populares

**Local:** Lgo. da Carioca (extinto jornal "A Pátria") – Centro

#### **Placa "Cabaré Casanova"**

**Texto:** Funcionou aqui entre 1950 e 2000 com shows de travestis e transformistas. Foi importante espaço de socialização. Em 1937, abriu as portas como Viena-Budapeste

**Local:** Av. Mem de Sá, 25 – Centro



## ***Circuito da Poesia***

### **Placa: Ferreira Gullar**

**Texto:** "Neste local viveu José Ribamar Ferreira (1930-2016), o Ferreira Gullar. Escritor e poeta, foi um dos fundadores do neoconcretismo."

**Local:** Rua Duvivier, 49 – Copacabana

## ***Circuito da Literatura***

Parceria com a ABL, identifica locais que tenham valor significativo relacionados aos imortais da ABL. O circuito foi inaugurado com a colocação da placa de Rodrigo Octávio Filho.

### **Placa: Rodrigo Octavio Filho**

**Texto:** "Aqui morou Rodrigo Ocatvio Filho, advogado, poeta, crítico literário e orador. Foi o segundo ocupante da Cadeira 35 da Academia Brasileira de Letras."

**Local:** Rua São Clemente, 421 – Botafogo

## ***Circuito dos Botequins***

### **Placa: Bar da Portuguesa**

**Texto:** "Inaugurado em 1968 pela portuguesa dona Donzília Gomes, o bar teve como frequentadores o Maestro Pixinguinha e o violonista Baden Powell."

**Local:** Rua Custódio Nunes, 155 – Ramos

### **Placa: Amarelinho da Cinelândia**

**Texto:** "Inaugurado em 1921, é testemunho de protestos, acontecimentos políticos e muitos carnavais. É um ícone da boemia e da cultura da cidade."

**Local:** Cinelândia, 55 – Centro

### **Placa: Bracarense**

**Texto:** "Inaugurado em 1961, seu nome homenageia a cidade portuguesa Braga. Também é conhecido carinhosamente por seus frequentadores como 'Braca!'"

**Local:** Rua José Linhares, 85 – Leblon

### **Placa: Bar Baixo Gago**

**Texto:** "Inaugurado na década de 1940, o tradicional Baixo Gago reúne a boemia da cidade e mantém a tradição da Mesa Uno."

**Local:** Rua Gago Coutinho, 51 – Laranjeiras

## ***Circuito do Rádio***



Parceria do IRPH com o Instituto FUNJOR desde 2018, este circuito temático que tem como objetivo homenagear artistas que fizeram sucesso neste meio de comunicação.

### **Placa: Francisco Carlos - El Broto**

**Texto:** "Aqui viveu Francisco Carlos (1928-2003), ator, compositor e pintor. Em 1958, foi eleito Rei do Rádio, ganhando a alcunha de El Broto."

**Local:** Rua Ataulfo de Paiva, 80 – Leblon

## ***Circuito do Teatro***

**Placa:** Bibi Ferreira

**Texto:** Bibi Ferreira (1922-2019), uma artista completa; atuando no cinema, teatro, música e televisão. Fez da arte sua vida, deste endereço o seu recanto.

**Local:** Avenida Rui Barbosa, 664 – Flamengo

## ***Parque Nise da Silveira***

O parque Nise da Silveira, localizado no bairro do Engenho de Dentro, entre as ruas Ramiro Magalhães, Bernardo, Dois de Fevereiro e Doutor Leal,



teve a sua criação definida no Decreto 35.879 de 05 de julho de 2012, que criou o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, como medida para ampliar e fortalecer a proteção da paisagem carioca como patrimônio da humanidade.

O projeto para este parque aberto ao público como área de lazer e de contemplação, além de contribuir para a oferta de áreas verdes no bairro e na cidade, visa a preservação da memória da história do tratamento psiquiátrico no Brasil, onde o papel da Dra. Nise da Silveira tem especial enfoque e valorização.

O espaço Dona Ivone Lara é parte integrante do projeto do Parque Nise da Silveira e se configura como um lugar criativo, de encontro, convivência, permanência e reflexão, além de homenagear Dona Ivone Lara e a sua contribuição para o tratamento psiquiátrico.

Assim, seus espaços foram pensados para proporcionar o desenvolvimento de diferentes atividades, tais como:

- Na área de convivência, o platô circular e plano permite a realização de práticas culturais diversas, assim como em outros momentos do dia, este pode ser apropriado para a realização de práticas esportivas, entre outras atividades.
- Na área infantil foi especificado um equipamento único que permite brincar de formas variadas, com balanço, escorrega, entre outras formas. O espaço foi cercado com bancos, proporcionando maior segurança e conforto para os pais que observam seus filhos brincarem.
- A área de piquenique foi localizada próxima ao rio, que corre canalizado, mas descoberto neste trecho, e as mesas foram posicionadas sobre a grama, assim nesse local, é possível estar próximo ao verde e estender cangas para ampliar a área de aproveitamento deste espaço.
- O espaço ao ar livre para exposições foi pensado como uma possibilidade de ampliar a ação do Museu do Inconsciente para o espaço aberto e livre, onde será possível se apropriar deste local das mais variadas formas para a colocação de peças ou para outras práticas artísticas.

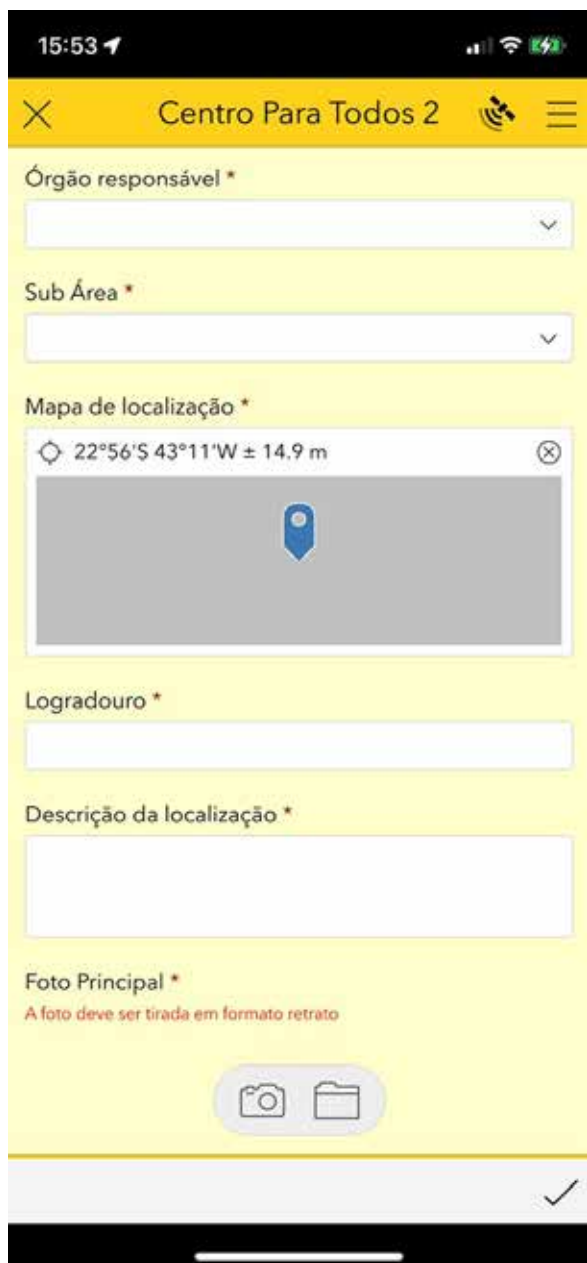


- As áreas de jardins permeiam os espaços, além de contribuir para a leitura das transições de níveis existentes no terreno, onde no trecho mais baixo, ao longo do rio, foi proposta uma mureta verde de proteção.
- Os extensos bancos curvos em concreto nas diversas áreas do projeto, integrados à arborização do parque criam grandes espaços de permanência e convite para a contemplação e, ao mesmo tempo, se integram aos percursos projetados que se delineiam no terreno e permitem a exploração dos seus diferentes trechos.
- O plantio de novas árvores ao longo dos jardins e dos percursos propostos, além das espécies arbustivas e da vegetação forrageira, pretendem conformar espaços criativos e agradáveis, estimulando a permanência e a qualidade do convívio nestes espaços.
- Para ampliar a integração desta área projetada com a malha urbana, além dos grandes eixos já propostos para o parque, foi criado um acesso próximo à UPA, voltado para a Rua Doutor Leal.

## Aplicativo para Vistorias

Participação em conjunto com o IPP no desenvolvimento de aplicativo para auxiliar as vistorias a serem realizadas nas áreas públicas do Reviver Centro.

O aplicativo foi desenvolvido para auxiliar no mapeamento, na identificação das demandas e no acionamento dos órgãos competentes e será utilizado durante as vistorias no espaço público, seguindo as delimitações das áreas mapeadas.

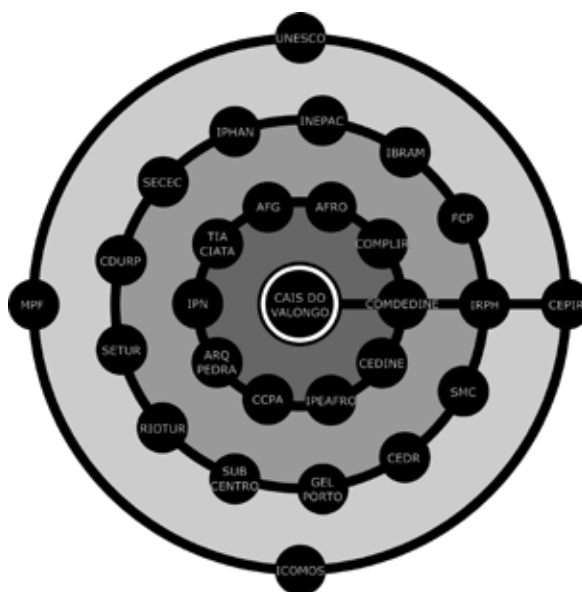


Com o uso do aplicativo será possível gerar relatórios de vistorias, que poderão ser encaminhados para os órgãos competentes, e, ao mesmo tempo, o aplicativo poderá auxiliar no controle das ações a serem realizadas, concluídas e pendentes.

## Círculo do Valongo

O Decreto Nº 49.943, de 08/12/2021, dispõe sobre o Círculo do Valongo como grupo permanente do Cais do Valongo e Pequena África. Esse decreto, que contou com ampla participação da Coordenadoria de Estudos e Planos do IRPH junto à Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial – CEP-IR, tem como principal objetivo a retomada do diálogo – que deve permanecer e ser continuado – entre esferas de governo, instituições da sociedade civil ligadas ao movimento negro e, principalmente, a comunidade que vive do entorno do Cais do Valongo.

O Círculo do Valongo foi planejado como um fórum de diálogo e entre suas principais características destaca-se a proposta de horizontalidade hierarquizada em três principais grupos (ou círculos):



- Círculo Consultor – formado por conselhos do Poder Executivo e entidades da sociedade civil ligadas aos movimentos afros e afro-brasileiros;
- Círculo Executivo – formado por entidades dos Poder Executivo Municipal, Estadual e Federal;
- Círculo Protetor – formado por entidades nacionais e internacionais, além de órgãos do Poder Executivo Municipal, com atribuição de defender os interesses e diretrizes estabelecidas pelo

Círculo Consultor, bem como fiscalizar as ações dos demais órgãos dos poderes executivos segundo determinações e recomendações aprovadas no Círculo do Valongo.

O que se espera é que, com essa formação e a participação das diversas entidades envolvidas, através de discussões e um diálogo continuado, a cidade possa ser mais ágil e melhor atender às demandas da sociedade civil e outras entidades e instituições, valorizando o patrimônio cultural da cidade e do mundo – o Cais do Valongo – não só respeitando os descendentes e remanescentes da Pequena África, como também difundindo as atividades culturais afrodescendentes desenvolvidas na região e combatendo a discriminação racial com informação e cultura.

## UIA 27º Congresso Mundial de Arquitetos – UIA 2020 / Rio Capital Mundial da Arquitetura – UNESCO

O IRPH, através da Gerência de Design (Centro Carioca de Design), integrou, desde 2020, o Subcomitê de Programação do Rio Capital Mundial da Arquitetura, participando de reuniões periódicas para avaliação e aprovação de projetos referentes ao tema do Congresso Mundial de Arquitetos – UIA 2020, “To-



dos os mundos, um só mundo, Arquitetura 21”, e da cidade do Rio de Janeiro como a primeira Capital Mundial da Arquitetura. As reuniões foram presen-

ciais até março de 2020, tendo assumido o formato virtual a partir das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Além disso, a participação no Subcomitê de Programação demandou a mobilização para novas estratégias que contemplassem o cenário praticamente integralmente virtual que se apresentou ao longo de 2021.

## Projeto editorial "Mulheres e a Construção da Cidade"

O projeto editorial do livro “Mulheres e a construção da cidade – Histórias do urbanismo do Rio de Janeiro” é uma parceria do IRPH com a TIX Editora. A obra apresentará a trajetória de mulheres arquitetas e engenheiras – Ângela Fonti, Carmen Portinho, Helia Nacif, Iracy Ozorio, Letícia Hazan, Nina Rabha, Olga Campista e Rizza Conde –, atuantes no setor público do Rio de Janeiro em diferentes momentos do século XX.

Ao apresentar o vasto acervo de trabalho e projetos elaborados dentro de repartições, secretarias e escritórios técnicos municipais, estaduais e federais, a publicação tem como objetivo ressaltar a importância da atuação dessas servidoras públicas no exercício da profissão e na própria construção da cidade.

A pesquisa e os textos ficaram a cargo do IRPH através de um grupo de trabalho constituído pela Subgerência de Pesquisa, pela Gerência de Design (Centro Carioca de Design) e pelo Gabinete da Presidência. No segundo semestre de 2021 os textos foram encaminhados para a TIX para as etapas de revisão, edição e editoração eletrônica.

A publicação, inicialmente prevista para 2021, foi alterada para o primeiro semestre de 2022.

## Produtos institucionais

Em 2021, o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade teve a rara oportunidade de desenvolver 3 produtos, de distribuição gratuita, que objetivam tanto a divulgação do trabalho do IRPH como a promoção

do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Os referidos produtos, embora tenham sido desenvolvidos em 2021, só estarão disponíveis para distribuição nos primeiros meses de 2022. São eles:

- Calendário 2022 do Patrimônio Cultural Carioca: tem como tema edifícios modernos



tombados pela municipalidade. Além de fotografias dos Bens Culturais, acompanha breve informação sobre os edifícios protegidos;

- Marcador de livros: tem como elemento de promoção o Sítio Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar, Patrimônio Mundial pela UNESCO, desde 2012;
- Porta-copos: tendo em vista a numerosa quantidade de bares, botequins e restaurantes declarados patrimônio cultural como negócios tradicionais, os porta-copos servirão de divulgação da marca do Patrimônio Cultural Carioca e do IRPH.

## Programa Patrimônio, Arte e Cooperação – PPAC

Encerramento do Projeto “Stained Glass n. 13 – Teatro Municipal do Rio de Janeiro”, patrocinado pela Fundação Gerda Henkel, executado em parceria com a Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro e a Associação de Amigos do Theatro Municipal. O projeto, parte do Programa Patrimônio, Arte e Cooperação – PPAC, ocorreu entre julho de 2020 e dezembro de 2021. Em 2021 a Subar participou com



a tradução de documentos para envio para o patrocinador e assessoria técnica para finalização do projeto e realizou a consolidação de todo o material produzido em relatórios finais.

Os resultados do projeto podem ser sentidos na salvaguarda emergencial do Vitral n.13 do Teatro Municipal e em um ciclo de palestras e consultoria realizados por especialistas em vitrais para agentes do patrimônio cultural (ocorridos em 2020) e, mais recentemente, na salvaguarda e envio para bancada de restauro de partes dos vitrais 10, 14 e 15 do Teatro. Para 2022 está prevista a aprovação do projeto de conservação e restauro para o Vitral n. 13 junto aos órgãos de patrimônio.





# Rio

P R E F E I T U R A

---

INSTITUTO RIO  
PATRIMÔNIO DA  
HUMANIDADE